

Termo de Fomento nº 49/2026/GP.

TERMO DE FOMENTO

PARTES: **Município de Pato Branco**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, CEP: 85.501-064, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Geri Natalino Dutra**, brasileiro, portador do RG nº 4551478-1 SESP/PR, inscrito no CPF nº 648.471.369-34, residente e domiciliado na Rua Candido de Abreu n.º 25, Bairro Jardim Primavera, CEP 85.502-360, em Pato Branco - PR, como CONCEDENTE, e de outro lado, a **Associação É o Bicho**, inscrita no CNPJ nº 26.154.429/0001-27, com sede na Rua Arassuai, nº 1079, Bairro Menino Deus em Pato Branco/PR, CEP 85.502-270, telefone (46) 99118-9932, endereço eletrônico: ongeobicho@hotmail.com, neste ato representada por sua Representante Legal a Sra. **Silvana Correa dos Santos Kalinoski**, portadora do CPF 006.109.969-40, inscrita no RG 4.323.860-2 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Joao Alves, nº 20 Bairro Bonatto – Pato Branco/Pr, CEP 85.506-490, telefone (46) 99972-3096, e-mail: silvanaprotetora221974@gmail.com como PROPONENTE, conforme autorização constante do processo administrativo nº 12.465/2026 1Doc, Inexigibilidade nº 48/2026 – Processo nº 50/2026, Emenda Bancada nº 71/2025, que independente da sua transcrição, integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 9.309/2022 e demais legislações aplicáveis, bem como, pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - Constitui objeto da presente parceria, a aquisição de ração para cães e gatos adultos e filhotes sob os cuidados de lares temporários mantidos pela Associação É o Bicho, bem como para animais em situação de rua e cães comunitários que vivem em espaços públicos do município de Pato Branco – PR.

II - A ação destina-se a garantir alimentação adequada e contínua a esses animais, contribuindo para a manutenção de sua saúde, bem-estar e melhores condições de recuperação e adoção, além de colaborar com a redução de riscos à saúde pública e com a promoção da proteção e do bem-estar animal no município.

CLÁUSULA SEGUNDA – META DE ATENDIMENTO

Meta 1 – Garantir o fornecimento de alimentação aos animais atendidos;

Meta 2 – Atender cães e gatos em situação de vulnerabilidade;

Meta 3 – Manter rotina alimentar adequada aos animais assistidos;

Meta 4 – Contribuir para a melhoria das condições de saúde dos animais e

Meta 5 – Apoiar protetores e voluntários independentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I - O serviço será executado fielmente pela PROPONENTE, após a assinatura do Termo de Fomento, devendo cumprir todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto ao Plano de Trabalho apresentado.

II - No caso de interrupção do funcionamento da PROPONENTE ou paralisação das atividades vinculadas à presente parceria, faculta-se à CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

I - O prazo de vigência do Termo de fomento do objeto da parceria será de 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

II - O prazo de execução do Termo de fomento do objeto da parceria será de 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

III - Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados, de acordo com a legislação vigente, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira do presente Termo de fomento.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

I - Para a execução do objeto da parceria, o CONCEDENTE fará o repasse do valor total de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais) à PROPONENTE, com recursos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, referente à Emenda Impositiva de Bancada nº 71/2025.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - Os repasses destinados à execução do objeto da parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária:

A) 12 Secretaria Municipal De Meio Ambiente - 12.05 Fundo Mun De Protecao E Bem Estar Animal185410067.2.615000 Gestao E Fomento As Acoes Do Fundo Municipal De Protecao E Bem-Estar Animal - 3.3.50.43.99.99.00 Demais Entidades Do Terceiro Setor – Despesa: 26840 - Desdobramento Da Despesa 43211 Fonte.....: 0 Recursos Ordinarios (Livres).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRONOGRAMA DE REPASSE E FORMA DE PAGAMENTO

I - O repasse de recursos se dará após a assinatura e publicação do presente instrumento, em parcela única, observando o seguinte cronograma:

PARCELA	PRAZO	VALOR TOTAL
01	10 (dez) dias úteis contados da publicação do Termo de Fomento.	R\$ 30.000,00

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros deverão ser aplicados no custeio das seguintes despesas, desde que estritamente relacionadas à execução do objeto da parceria:

Descrição da Despesa	Código da despesa	Valor Total
Alimentação de Animal	3.3.90.30.06	R\$ 30.000,00

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES E COMPRAS

I - A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos com recursos desta parceria, deverá obedecer aos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade,

da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

II - Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista ou de qualquer espécie entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a execução do objeto da parceria, sendo de responsabilidade exclusiva da PROPONENTE o pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários, assim com quaisquer despesas de natureza fiscal ou comercial relativamente ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, afastando-se por completo a responsabilidade, ainda que solidária ou subsidiária, da CONCEDENTE por quaisquer destas obrigações.

III - A PROPONENTE adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos no âmbito da presente parceria.

IV - A PROPONENTE deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, através de pesquisas de preços, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira exigível em prestação de contas.

V - A PROPONENTE deverá manter em sua guarda, pelo prazo de 10 (dez) anos, os orçamentos coletados de fornecedores e prestadores de serviços, a fim de comprovar, caso necessário, a compatibilidade das despesas com os valores de mercado.

VI - Para fins de comprovação das despesas, a PROPONENTE deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

I - Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no **Banco do Brasil, Agência 0495-2 - Conta Corrente 106585-8**

II - A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.

III - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

IV - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

a) A utilização do recurso a que se refere este item deve ser solicitada pela PROPONENTE com antecedência de até 30 (trinta) dias do termino da vigência, perante o gestor da parceria, formalizando-se através de termo de apostilamento.

V - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria

será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

VI - Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE

I - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

II - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- a)** Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;
- b)** Monitorar e avaliar constantemente a execução do objeto, emitindo relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, conforme previsto Decreto municipal 9.309 de setembro de 2022;
- c)** Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- d)** Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e)** Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
- f)** Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- g)** Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;
- h)** Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

III - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- a) Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- b) Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- c) Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e na cláusula décima segunda deste Termo de Fomento;
- d) Manter escrituração contábil regular;
- e) Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos;
- f) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas;
- g) Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento;
- h) Divulgar na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações;
- i) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- j) Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo e Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
- k) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- l) Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento;
- m) Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:
 - 1. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
 - 2. garantir sua guarda e manutenção;
 - 3. comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
 - 4. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
 - 5. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE;
- n) Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- o) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

- p) Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados;
- q) Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES

I - Fica proibido à PROPONENTE:

- a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;
- c) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Fomento;
- d) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista no Plano de Trabalho
- e) Utilizar os recursos recebidos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;
- f) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) Pagamento de despesa bancaria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

I - O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas em Lei e regulamento, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada.

II - A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da PROPONENTE, devidamente formalizada e justificada, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 9.309/2022, a ser apresentada à CONCEDENTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto.

III - A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela CONCEDENTE quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

IV - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo de apostilamento ou termo aditivo ao plano de trabalho original, na forma do artigo 42 do Decreto Municipal nº 9.309/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO GESTOR DA PARCERIA

I - A CONCEDENTE indica como Gestora da parceria a servidora Elisandra Nath Copatti, CPF: 879.394.521-34 matrícula 81094, dentro dos padrões determinados pela legislação, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

II - Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nos art. 69 do Decreto Municipal 9.309/2022 e art. 73 da Lei 13.019/2017, que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

III - O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14.

IV - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

I - Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 9.309/2022 e do Plano de Trabalho aprovado.

II - Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica *in loco*, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE.

III - O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 18 e 24/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

IV - O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação.

V - Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento;
- e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

VI - No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

VII - O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, deverá realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria.

VIII - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas.

II – Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo:

- a)** A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b)** A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c)** Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- d)** Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

III - O relatório de que trata o item II deve, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- a)** Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- b)** Do grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- c)** Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

IV - As informações de que trata o item III serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 24 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

V - Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:

- a)** A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b)** O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c)** O extrato da conta bancária específica;
- d)** A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- e)** A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- f)** Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

VI - A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item V, observando-se o disposto no art. 56 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

VII - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento.

VIII - Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria.

Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual

I - Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício.

II - A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o disposto no item II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

III- Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas.

a) Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

IV- A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá:

a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e

b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, observado o disposto no art. 59, § 1º, II do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

V - Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) Sanar a irregularidade;

b) Cumprir a obrigação; ou

c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

VI - O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

VII - Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente.

VIII - Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado.

IX - O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas.

Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final

I - A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art. 41 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

II - O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor;

III – Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor.

IV- A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:

- a) O relatório final de execução do objeto;
- b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano;
- c) O relatório final de execução financeira;
- d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

V - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III da Cláusula Décima Sexta.

VI - Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V da Cláusula Décima Sexta.

VII - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela:

- a) Aprovação das contas;
- b) Aprovação das contas com ressalvas; ou

c) Rejeição das contas.

VIII - A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.

IX - A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

X - A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

XI - A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no art. 54, § 1º do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

XII - A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria.

XIII - A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá:

- a) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou
- b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XIV - Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:

- a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e
- b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
 - 1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
 - 2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

XV - A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 9309/2022.

XVI - A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem “b”, do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias.

XVII - A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

XVIII - Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, “b”, do item XIV desta subcláusula.

XIX - Na hipótese do item XIV, “b” desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

- b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

XX - O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias.

XXI - O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

I - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas específicas, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos ou entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

II - Prescreve em cinco anos, cotados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrente de infração relacionada à execução da parceria. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado a apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

I - O presente Termo de Fomento poderá ser:

- a) Extinto por decurso de prazo;
- b) Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- c) Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- d) Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
1. Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
 2. Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

3. Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
 4. Violação da legislação aplicável;
 5. Cometimento de falhas reiteradas na execução;
 6. Malversação de recursos públicos;
 7. Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
 8. Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
 9. Descumprimento das condições que caracterizam a PROPONENTE como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
 10. Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 11. Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da PROPONENTE e autorizado pelo Prefeito Municipal; e
 12. Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- II** - A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
- III** - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da CONCEDENTE, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da PROPONENTE, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
- IV** - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da PROPONENTE, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
- V** - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- VI** - O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- VII** - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- VIII** - Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

- I** - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, caso não aplicados no objeto da parceria, serão devolvidos ao CONCEDENTE no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.
- II** - A PROPONENTE compromete-se, ainda, a restituir o valor transferido nos seguintes casos:
- a) Inexecução do objeto;

- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido; ou
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

III - Os débitos a serem restituídos deverão ser atualizados monetariamente desde a data do recebimento, observando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como, acrescidos de juros mensais de 1%, calculados da seguinte forma:

a) Nos casos em que for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022; e

b) Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

1. Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou
2. Do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

IV - A PROPONENTE deverá recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

V - A restituição do valor não exige a PROPONENTE de cumprir todas as sanções que lhes forem regularmente aplicadas, com base no presente Termo de Fomento e na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS REMANESCENTES

I - Após o fim da parceria, os bens remanescentes que tiverem sido adquiridos com os recursos repassados serão destinados:

- a) Ao CONCEDENE, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela administração pública municipal; ou
- b) À PROPONENTE, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

II - Na hipótese do subitem "a", acima, a PROPONENTE deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens à CONCEDENTE, que deverá retirá-los, no prazo de até noventa dias, após o qual a organização da sociedade civil **não mais será responsável pelos bens.**

III - Na hipótese do subitem "b" acima, a PROPONENTE poderá realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

IV - Na hipótese do subitem "b" acima, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a PROPONENTE, observados os seguintes procedimentos:

- a) Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
- b) O valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

V - Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil PROPONENTE durante a vigência da parceria os bens remanescentes deverão ser retirados pela CONCEDENTE, no prazo de até noventa dias contados da data de notificação da dissolução, exceto se aprovada proposta de doação a terceiros, de conformidade com o disposto no item III desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco-PR, para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

II - Obrigatoriamente, será feita prévia tentativa de solução administrativa para dirimir eventuais questões relativas ao presente contrato.

Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se à bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato.

Pato Branco, 13 de Julho de 2026.

Município de Pato Branco - Concedente
Geri Natalino Dutra - Prefeito

Associação É o Bicho - Proponente
Silvana Correa dos Santos Kalinoski - Representante Legal



ANEXO I – PLANO DE TRABALHO



ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL É O BICHO

ALIMENTANDO A BICHARADA 2026

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Razão Social da OSC: Associação é o Bicho

CNPJ: 26.154.429.0001-27

Endereço: Rua: Arassuai nº 1079 – Bairro Menino Deus

CEP: 85.502.270 - Telefone: (46) 99118-9932

Email: ongeobicho@hotmail.com

Conta corrente: Banco: Agência:

OBS: a ser definida após aprovação do presente plano de trabalho.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE OU RESPONSÁVEL - OSC

Representante Legal da OSC: Silvana Correa dos Santos Kalinoski

CPF: 006.109.969-40 RG: 4.323.860-2

Endereço: Rua Joao Alves, nº 20 Bairro Bonatto – Pato Branco/Pr

CEP: 85.506.490 Telefone: 46 9972-3096

Email: silvanaprotetora221974@gmail.com

1.2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Responsável pelo Projeto: Silvana Angélica Savi

CPF: 706.581.109.34 RG: 4.193.664-9

Endereço: Rua: Pedro Ramires de Mello, 597 apto 402 centro – Pato Branco/Pr

CEP: 85.502.050 Telefone: (46) 99913-0230

Email: silvanangelica@live.com





ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL É O BICHO

2. APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC

A **Associação É o Bicho** foi constituída em **31 de agosto de 2016**, com sede no município de **Pato Branco, Estado do Paraná**, e tem como finalidade a proteção dos animais da cidade, promovendo o bem-estar animal e estimulando a **educação e a conscientização da população** quanto aos cuidados responsáveis, especialmente a **castração**, como estratégia de **controle populacional**, prevenção do abandono e combate aos maus-tratos.

A Associação É o Bicho possui **sede administrativa** no endereço acima mencionado, mantida por meio de **contrato de locação**, utilizada como escritório para o desenvolvimento de projetos, ações administrativas e atendimento à população que busca orientação e apoio relacionados à causa animal.

Atualmente, a Associação recebe recursos financeiros provenientes de **emendas impositivas da Câmara Municipal de Vereadores e da Prefeitura Municipal de Pato Branco**, bem como de **emendas parlamentares estaduais e federais**. Esses recursos são destinados principalmente à **realização de castrações e vacinação de cães e gatos**, ao **fornecimento de ração** para animais em lares temporários, animais errantes e colônias de felinos, além da **estruturação e fortalecimento institucional** da Associação.

O público beneficiado compreende a **população em geral do município de Pato Branco**, incluindo **protetores independentes e acumuladores de animais**, tutores de cães e gatos que, muitas vezes, não possuem condições financeiras para arcar com os custos de procedimentos veterinários essenciais, como a castração. Diante dessa realidade, a ONG atua como importante suporte para viabilizar esses atendimentos.

O foco principal da Associação É o Bicho é a **castração**, a **conscientização sobre maus-tratos** e a **adoção responsável**. Anualmente, são realizados em média **quatro Eventos de Adoção**, por meio dos quais, juntamente com divulgações em redes sociais, são doados cerca de **250 animais por ano**.

No último ano, foram realizadas aproximadamente **438 castrações** custeadas por projetos de emendas impositivas e recursos do programa **Nota Paraná**. Além disso, por meio de **parcerias com clínicas veterinárias do município**, foram encaminhados para castração cerca de **302 cães e gatos** pertencentes a tutores que não se enquadravam nos critérios dos projetos de castração subsidiados pela ONG.

Ao todo, no último ano, a Associação atendeu **1.471 animais**, considerando castrações, doações, atendimentos diversos e encaminhamentos para clínicas veterinárias parceiras.

No ano de **2025**, foi celebrado com o Município de Pato Branco o **Termo de Colaboração nº 04/2025**, no valor de **R\$ 200.000,00**, referente à **Emenda Impositiva**





ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL É O BICHO

Individual nº 43480009 – OGU 2024 – SIT 69766. Por meio deste termo, foram executadas as seguintes ações: **206 castrações de cães e gatos, 27 testes de FIV/FELV** em animais errantes, sob cuidados de protetores e de tutores de baixa renda, além da **aquisição de equipamentos e bens permanentes** para a estruturação da Associação.

Também em 2025, foi celebrado o **Termo de Colaboração nº 08/2025**, concedente **Município de Pato Branco**, referente às **Emendas Parlamentares de Bancada nº 78 e 143/2024 – SIT 71526**, no valor de **R\$ 50.000,00**. As ações executadas compreenderam a realização de **195 castrações de cães e gatos e 27 testes de FIV/FELV**, beneficiando animais errantes, protetores independentes e tutores de baixa renda.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

O presente projeto tem como objetivo a aquisição e distribuição de ração para cães e gatos que se encontram sob os cuidados de protetores independentes, lares temporários, animais em situação de abandono, bem como cães comunitários.

A iniciativa se justifica diante do aumento significativo do número de animais abandonados no município e da comprovada insuficiência de recursos financeiros das entidades protetoras e voluntários independentes. Esses agentes da causa animal vêm, de forma recorrente, suprimindo a ausência ou limitação da atuação do Poder Público, assumindo responsabilidades essenciais relacionadas à alimentação, saúde e bem-estar dos animais resgatados ou assistidos.

A ausência de alimentação adequada compromete gravemente a saúde dos animais, favorecendo quadros de subnutrição, baixa imunidade, agravamento de doenças preexistentes e alterações comportamentais decorrentes do estresse e da fome. Esses fatores dificultam a recuperação clínica, reduzem as chances de adoção responsável e prolongam o tempo de permanência dos animais sob tutela de protetores e lares temporários.

Além do impacto direto sobre os animais, a insegurança alimentar de cães e gatos em situação de rua também representa risco à saúde pública, uma vez que a debilidade física pode aumentar a suscetibilidade e a disseminação de zoonoses, afetando a coletividade.

O fornecimento regular de ração de qualidade possibilitará:

- A manutenção de uma rotina alimentar adequada;
- O fortalecimento físico e imunológico dos animais;
- A melhoria das condições gerais de saúde e comportamento;
- A ampliação das chances de recuperação e adoção;
- A redução de situações de abandono, negligência e maus-tratos.



A ação proposta está alinhada aos princípios de proteção e bem-estar animal, reconhecendo a alimentação e a saúde como direitos básicos indispensáveis à dignidade dos animais.

Adicionalmente, o projeto fortalece e complementa a Política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal, atuando de forma integrada às demais ações já desenvolvidas por esta Associação, como campanhas de castração e conscientização maus tratos e eventos de adoção, contribuindo para uma abordagem contínua, preventiva e humanitária da causa animal no município.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

O presente Projeto tem por objeto a aquisição de ração para cães e gatos adultos e filhotes sob os cuidados de lares temporários mantidos pela Associação É o Bicho, bem como para animais em situação de rua e cães comunitários que vivem em espaços públicos do município de Pato Branco – PR.

A ação destina-se a garantir alimentação adequada e contínua a esses animais, contribuindo para a manutenção de sua saúde, bem-estar e melhores condições de recuperação e adoção, além de colaborar com a redução de riscos à saúde pública e com a promoção da proteção e do bem-estar animal no município.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Garantir alimentação adequada e contínua para cães e gatos em situação de vulnerabilidade no município, sob cuidados de lares temporários, protetores independentes e em situação de rua, promovendo a melhoria das condições de saúde, o bem-estar animal e a redução de riscos à saúde pública.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Assegurar o fornecimento regular de ração de qualidade para cães e gatos adultos e filhotes em situação de vulnerabilidade no município.
- Atender animais acolhidos em lares temporários mantidos pela Associação e por protetores independentes, garantindo suporte alimentar durante o período de recuperação e até a adoção responsável.
- Contribuir para a alimentação de animais em situação de rua e gatos comunitários, reduzindo quadros de fome e subnutrição.



- Melhorar as condições gerais de saúde dos animais atendidos, fortalecendo o sistema imunológico e prevenindo o agravamento de doenças.
- Favorecer a reabilitação física e comportamental dos animais resgatados, ampliando suas chances de adoção.
- Apoiar o trabalho de voluntários e cuidadores independentes, reduzindo o impacto financeiro gerado pela manutenção dos animais sob seus cuidados.
- Contribuir para a redução de riscos à saúde pública associados à presença de animais debilitados e doentes em vias públicas.
- Fortalecer as ações de proteção e bem-estar animal no município, de forma complementar às campanhas de castração e eventos de adoção já realizados pela Associação.

4.3. VIGÊNCIA

A vigência do projeto terá início a partir do recebimento do recurso financeiro e terá duração de 9 meses, período estimado para a aquisição, distribuição e utilização integral das rações, conforme a demanda dos animais atendidos.

5. PÚBLICO-ALVO

Os beneficiários diretos do projeto serão:

- Cães e gatos adultos e filhotes acolhidos em lares temporários, mantidos por voluntários da ONG É O BICHO;
- Gatos adultos e filhotes que vivem em colônias localizadas em estacionamentos, terrenos baldios e áreas urbanas;
- Animais em situação de rua que recebem acompanhamento e alimentação de protetores e cuidadores locais.

Os beneficiários indiretos do projeto serão:

- A comunidade local que passa a conviver com menos animais famintos nas ruas;
- Os voluntários e os lares temporários que terão apoio financeiro com a manutenção da alimentação aos animais.
- O Poder Público Municipal com a redução de demandas emergenciais relacionadas a maus-tratos e zoonoses.

Estima-se que o projeto beneficie aproximadamente 150 animais por mês.



6. ESPECIFICAÇÕES DE METAS E MEIOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO

Meta 1 – Garantir o fornecimento de alimentação aos animais atendidos.

Indicador: Quantidade de ração adquirida e distribuída.

Meios de verificação: Notas fiscais de compra da ração; Relatórios mensais de distribuição elaborados pela Associação; Registros fotográficos das entregas.

Meta 2 – Atender cães e gatos em situação de vulnerabilidade

Indicador: Número de animais beneficiados durante a vigência do projeto.

Meios de verificação: Notas fiscais de compra da ração; Relatórios mensais de distribuição elaborados pela Associação; Registros fotográficos das entregas, Listas de controle dos pontos de alimentação de animais comunitários;

Meta 3 – Manter rotina alimentar adequada aos animais assistidos

Indicador: Frequência de distribuição da ração aos lares temporários e pontos de alimentação.

Meios de verificação: Planilhas de controle de distribuição com assinatura do recebimento;

Meta 4 – Contribuir para a melhoria das condições de saúde dos animais

Indicador: Redução de casos de subnutrição e melhora do estado físico dos animais acompanhados.

Meios de verificação: Registros fotográficos de acompanhamento;

Meta 5 – Apoiar protetores e voluntários independentes

Indicador: Número de lares temporários e protetores beneficiados com a distribuição de ração.

Meios de verificação: Planilhas de controle de distribuição com assinatura do recebimento e registro fotográfico das entregas.

7. METODOLOGIA/AÇÕES DESENVOLVIDAS

A execução do projeto ocorrerá de forma planejada e contínua, envolvendo as etapas de aquisição, organização logística, distribuição e acompanhamento do fornecimento de ração aos animais atendidos.



Inicialmente, após o recebimento do recurso, será iniciado a aquisição das rações para cães e gatos (adultos e filhotes), mensalmente, conforme a demanda previamente estimada pela Associação, observando critérios de qualidade nutricional e custo-benefício.

Na sequência, a ração será armazenada no depósito contêiner da associação, local adequado, limpo e protegido de umidade e pragas, garantindo a conservação do produto até sua distribuição.

A distribuição da ração ocorrerá de forma periódica (mensal e ou conforme necessidade), contemplando:

- lares temporários mantidos pela Associação;
- protetores independentes cadastrados;
- pontos de alimentação de animais comunitários e em situação de rua no município.

A entrega será organizada pela prestadora de serviços da Associação com auxílio da equipe de voluntários, responsáveis pelo controle de estoque, separação das quantidades e registro das saídas. Cada repasse será anotado em planilhas de controle e, sempre que possível, acompanhado de registros fotográficos e assinatura de termo de recebimento pelos responsáveis.

Ao longo de toda a vigência, a Associação manterá relatórios periódicos, contendo a quantidade de ração adquirida, distribuída, número de animais e protetores beneficiados, assegurando transparência, organização e subsídios para a prestação de contas da parceria.

A execução das ações ficará sob responsabilidade da prestadora de serviços da Associação, com auxílios da equipe de voluntários, que já atuam regularmente no resgate, cuidado e acompanhamento de animais em situação de vulnerabilidade.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividade	Desc. Da atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9
Planejamento da aquisição	Levantamento da demanda de ração conforme número de animais a serem atendidos,	X								



	bem como atualizar os orçamentos									
Aquisição das rações	Compra das rações para cães e gatos (adultos e filhotes)		X	x	x	x	x	x	x	x
Organização e armazenamento	Recebimento, conferência e armazenamento adequado das rações		X	X	X	X	x	x	x	x
Distribuição aos lares temporários	Entrega periódica de ração aos lares mantidos pela Associação		X	X	X	X	x	x	x	x
Distribuição a protetores independentes	Fornecimento de ração aos protetores cadastrados		X	X	X	X	x	x	x	x
Abastecimento de pontos de animais comunitários	Alimentação de animais em situação de rua e colônias urbanas		X	X	X	X	x	x	x	x
Controle e registro das entregas	Atualização de planilhas, termos de recebimento e registros fotográficos		X	X	X	X	x	x	x	x
Elaboração de relatórios/Prestação de contas	Relatórios de execução física para prestação de contas									x



9. RECURSOS UTILIZADOS PARA DESENVOLVER O PROJETO

9.1. BENS PERMANENTES (RECURSOS PRÓPRIOS DA OSC)

Para a execução do projeto, a Associação disponibilizará recursos próprios de infraestrutura e apoio logístico, sem ônus para a parceria, conforme descrito a seguir:

- Sede física da Associação, utilizada para o recebimento, armazenamento e organização das rações, garantindo condições adequadas de conservação até a distribuição;
- Equipamentos de informática, como computador e/ou notebook, mouse, teclado e impressora, destinados ao controle administrativo, registros, elaboração de relatórios e prestação de contas do projeto;
- Mobiliário, incluindo mesas e cadeiras, utilizados nas atividades administrativas e de organização das entregas;
- Materiais de papelaria, tais como folhas, canetas, grampeador e demais itens de expediente, necessários ao registro e controle das ações;
- Veículo próprio da Associação, empregado no transporte e na distribuição das rações aos lares temporários, protetores independentes e pontos de alimentação de animais em situação de rua.

Esses bens integram a estrutura permanente da Associação e serão utilizados como contrapartida operacional, garantindo suporte à execução das atividades previstas no projeto.

9.2. IMÓVEL ONDE O PROJETO/OBJETO SERÁ EXECUTADO:

Para execução do presente projeto, a ASSOCIAÇÃO É O BICHO utilizará sua sede administrativa localizado na Rua Arassuai, nº 1079, Bairro Menino Deus, Pato Branco – PR.

O imóvel é alugado, e possui uma metragem total de 367mt², sendo uma casa de aproximadamente 60mt², consistente em: 03 (três) salas, 01 (um) banheiro, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) lavanderia e 01 (uma) garagem. A área externa contém um contêiner utilizada como depósito.

9.3. RELATÓRIO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA



Nome	Cargo/Função	Registro Profissional	Escolaridade	Formação	Carga horária semanal	Carga horária quinzenal	Carga horária mensal
Silvana Angélica Savi	Prestadora de Serviço	-----	Superior completo	Bacharel em Administração de empresas	12	30	48

10. PLANO DE APLICAÇÃO

10.1

DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR TOTAL
3.3.90.30.06 - Alimentação de Animal	R\$ 30.00,00
TOTAL	R\$30.000,00

11. DESPESAS QUE SERÃO PAGAS EM ESPÉCIE

Não haverá despesas que serão pagas em espécie.

12. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE DESEMBOLSO

Etapas	Descrição da Etapa	Início da Execução	Término da Execução	Valor Previsto (R\$)
1	Realização de cotação de preços junto a fornecedores, visando à atualização dos valores das rações a serem adquiridas, conforme previsto no Plano de Trabalho	Após o recebimento do recurso	Até 10 dias após o recebimento do recurso	—
2	Análise das cotações e seleção dos produtos e fornecedores que	Após a conclusão da Etapa 1	Até 5 dias após a Etapa 1	—



	apresentarem o menor preço, observando os princípios da economicidade, eficiência, impessoalidade e transparência			
3	Aquisição dos produtos de forma parcelada, por meio de compras mensais, conforme cronograma financeiro estabelecido no Plano de Trabalho	Após a conclusão da Etapa 2	Durante 08 meses consecutivos	R\$ 3.750,00 / mês
4	Entrega das rações adquiridas pelas empresas fornecedoras, respeitando os prazos estabelecidos em cada aquisição mensal	Conforme cada aquisição	Durante os 08 meses de execução	—
5	Distribuição das rações aos beneficiários do projeto, conforme critérios e público-alvo definidos no Plano de Trabalho	Após cada recebimento mensal	Até 270 dias (09 meses) após o recebimento do recurso	Total: R\$ 30.000,00

Pato Branco, 02 de fevereiro de 2026.

ASSOCIACAO E O BICHO:26154429000127
Assinado de forma digital por ASSOCIACAO E O BICHO:26154429000127
Dados: 2026.02.03 00:31:08 -03'00'

Silvana Corrêa dos Santos Kalinoski

Presidente





**ORGANIZAÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL É O BICHO**

DECLARAÇÃO

A Associação é o Bicho, devidamente inscrita no CNPJ nº 26.154.429.0001-27, com endereço na Rua Arassuai, 1079 Bairro Menino Deus – Pato Branco – Paraná, por intermédio de sua representante legal, Sra Silvana Correa dos Santos Kalinoski, informa que referente ao projeto Emenda Impositiva de Bancada nº 71/2025, informo que foi realizado a abertura **no Banco do Brasil, agência 0495-2, conta corrente 106585-8 para depósito do recurso.**

Pato Branco, 27 de abril de 2026.

**ASSOCIACAO E O
BICHO:26154429
000127**

Assinado de forma digital
por ASSOCIACAO E O
BICHO:26154429000127
Dados: 2026.04.28
00:16:58 -03'00'

Silvana Correa dos Santos Kalinoski

Presidente da Associação é o Bicho.





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 207A-6C56-6F2D-F965

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GERI NATALINO DUTRA (CPF 648.XXX.XXX-34) em 13/07/2026 16:38:37 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/207A-6C56-6F2D-F965>